

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Pilar 3

Morgan Stanley

4T2016

Introdução

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso da Instituição e conseqüentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes da companhia.

O Morgan Stanley possui políticas globais e locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades-fim, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos incorridos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação freqüente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Este relatório tem como objetivo apresentar as informações quantitativas e qualitativas referente a Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial Morgan Stanley (o “Conglomerado”), composto pelo Banco Morgan Stanley S.A., pelo Caieiras Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, pelo MS Derivative Products Fund, os quais o Banco é cotista exclusivo e pela Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

As informações apresentadas neste relatório visam atender os requerimentos do Banco Central do Brasil, no que diz respeito a Circular 3.678 de 31/10/2013 e Circular 3.748 de 27/02/15, e tem como objetivo trazer transparência das informações ao público em geral e demais partes interessadas.

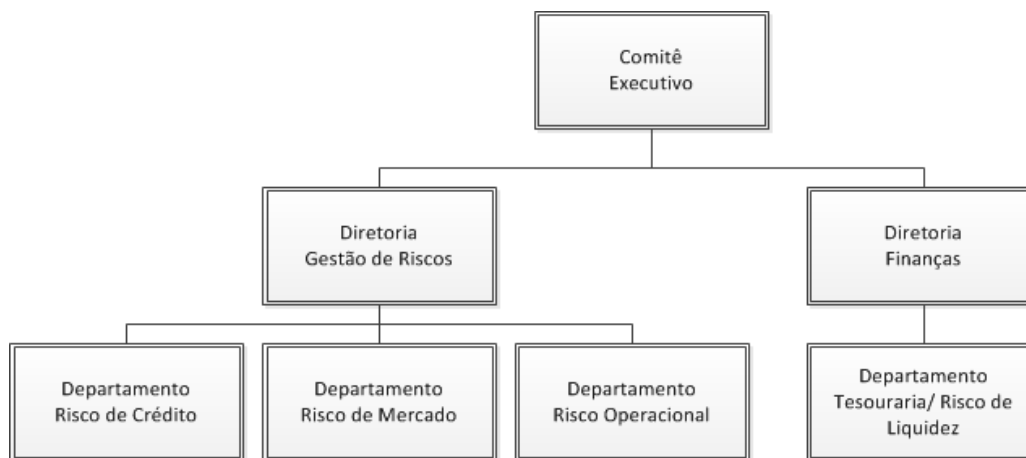
GERENCIAMENTO DE RISCOS

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua, incluindo Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional.

Os Departamentos de Risco de Mercado, Risco de Crédito e Risco Operacional reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e à Diretoria de Riscos no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é de responsabilidade da Tesouraria Corporativa, que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria de Finanças Local.

Todos os Departamentos de Riscos são independentes da Auditoria Interna e das áreas de negócios.

Abaixo é apresentado a Estrutura Organizacional Local das áreas de Gestão de Riscos:



O conteúdo deste relatório e seu processo de validação e aprovação estão de acordo com a Política Interna de Divulgação de Informações do Conglomerado.

A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita, Risco de Mercado, de Crédito, de Liquidez e Operacional são destacados a seguir:

Risco de Mercado

Definição de Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de perda com relação à diminuição no valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira devido a alterações no nível de preço de variáveis de mercado como taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e mercadorias (*commodities*).

A gestão independente do risco de mercado é função do Departamento de Risco de Mercado (“MRD”). O risco de mercado no Conglomerado Morgan Stanley é oriundo principalmente das atividades de facilitação de operações para clientes, como prover operações de hedge para corporações e liquidez para investidores institucionais. Para todas essas atividades, MRD identifica, mensura, monitora, aconselha e questiona as exposições ao risco de mercado e provê relatórios tempestivos e acurados à Alta Direção.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco de Mercado

A Diretoria Estatutária do Conglomerado conta com o auxílio do Comitê Executivo na supervisão da estrutura e das diretrizes para a avaliação e o gerenciamento do risco de mercado, incluindo a Política de Risco de Mercado. O Comitê de Riscos, composto pelos membros do Comitê Executivo do Conglomerado e pelo Diretor de Riscos Brasil (“CRO Brasil”), supervisiona as exposições ao risco de mercado e é responsável por assegurar que as mesmas sejam gerenciadas e reportadas de forma correta.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é composta pelo Comitê de Riscos Brasil, pelo Departamento de Risco de Mercado (“MRD Brasil”) e pelas Unidades de Negócios (“BUs”), que são responsáveis por supervisionar as exposições ao risco de mercado e assegurar que o perfil de risco do Conglomerado está compreendido dentro da estrutura de limites e alertas estabelecida e aprovada.

As principais atribuições do MRD Brasil são:

- Assegurar que os relatórios de risco de mercado são produzidos e atualizados de forma acurada e tempestiva;
- Assegurar que os controles de risco de mercado estão em uso e são efetivos;
- Estabelecer e monitorar os limites e alertas de risco de mercado;
- Revisar as métricas e modelos de risco de mercado;
- Identificar riscos decorrentes de novos produtos ou atividades;
- Calcular o capital regulatório relativo ao risco de mercado;
- Estabelecer a Política e os Procedimentos de Risco de Mercado do Conglomerado.

Mensuração e Modelagem de Risco

MRD desenvolve e implementa modelos de risco e ferramentas para monitor e mitigar os riscos. O risco de mercado é avaliado sob perspectivas retrospectiva (histórico de métricas nominais e de sensibilidades) e prospectiva (Value-at-Risk (“VaR”) e Testes de Estresse). MRD também é responsável pelo cálculo das parcelas do montante do RWA relativas ao risco de mercado através da abordagem padronizada prescrita pelo Banco Central do Brasil.

A mensuração e análise do risco de mercado é feita através da coleta de dados ao nível da posição disponíveis nos sistemas de risco mantidos pelas Áreas de Negócios. Tais dados incluem tanto métricas nominais (“Nominal”) quanto métricas relativas a especificação da sensibilidade da posição a um determinado fator de risco de mercado (“Sensibilidades”).

O Nominal é utilizado na avaliação de exposições em emitentes e contrapartes e em produtos de caixa. Sensibilidades são mais apropriadas para a avaliação do risco de

derivativos pois possibilitam melhor agregação de riscos entre instrumentos e mesas de negociação.

A modelagem de risco de mercado é desenvolvida pela área global de Modelagem de Risco (“Risk Analytics”) de MRD. Dentre os principais modelos utilizados estão o VaR e o S-VaR.

VaR

VaR é uma estimativa da potencial perda futura que, sob condições normais de mercado, não será excedida em um determinado período de manutenção da carteira e com um determinado nível de confiança. MRD calcula o VaR diariamente usando níveis de confiança de 95 e 99 por cento e assumindo 1 dia de manutenção da carteira.

A metodologia desenvolvida por MRD para o risco sistemático utiliza uma simulação histórica filtrada, onde as mudanças nas séries de tempo dos fatores de risco são usados para gerar uma distribuição empírica não-paramétrica de variação de resultados (“P&L”) para um determinado ativo ou carteira.

A distribuição do P&L simulada para o horizonte de tempo de 1 dia é calculada utilizando uma série de tempo de variações diárias nos fatores de mercado que foram modificadas para levar em consideração os níveis de volatilidade atuais.

A janela de observação para a simulação histórica é de 4 anos.

MRD calcula ainda o Stressed VaR que segue os mesmos procedimentos do VaR porém é baseado numa janela contínua de observação de 1 ano que representa um período significativo de estresse de mercado, condizente com a carteira da Firma.

Stress VaR (“S-VaR”)

A Firma desenvolveu o Stress VaR (“S-VaR”) como componente principal para a sua estrutura de teste de estresse. S-VaR possui um arcabouço abrangente, que foi elaborado para capturar riscos de mercado e crédito concomitantes incorporando ainda os horizontes de liquidação dos ativos. Ele inclui os riscos sistemáticos e específicos assim como os riscos de basis, gaps e jump-to-defaults.

O resultado do S-VaR é a perda esperada na cauda (“Expected Tail Loss”) com nível de 99 por cento de confiança em um horizonte de um ano. Adicionalmente, a fim de medir o risco apropriadamente em um horizonte de um ano, o modelo atribui a liquidez apropriada para cada classe de ativo.

A seguir, demonstramos a exposição em operações de derivativos e não derivativos do Conglomerado Prudencial Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities) e mercado (balcão ou bolsa):

Mercado - Derivativos (R\$ Mil)													
Fator de risco	Mercado	31-dez-15				30-set-16				31-dez-16			
		ON SHORE		OFF SHORE		ON SHORE		OFF SHORE		ON SHORE		OFF SHORE	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxa de juros	Bolsa	852.092	-1.132.235	-	-	3.113.153	-2.403.818	-	-	2.774.226	-1.775.906	-	-
	Balcão	286.745	-1.192.091	-	-	23.604.988	-23.861.516	-	-	15.040.061	-15.362.650	-	-
	Total	1.138.837	-2.324.326	-	-	26.718.141	-26.265.334	-	-	17.814.287	-17.138.556	-	-
Taxa de Câmbio	Bolsa	173.067	-204.112	-	-	942.682	-796.022	-	-	180.032	-288.843	-	-
	Balcão	1.402.307	-831.525	175.327	-	14.525.624	-12.017.952	-	-	10.649.982	-10.597.513	-	-
	Total	1.575.374	-1.035.637	175.327	-	15.468.306	-12.813.974	-	-	10.830.014	-10.886.356	-	-
Preço de Ações	Bolsa	679.025	-691.732	-	-	5.295.206	-4.290.501	-	-	3.851.004	-3.317.443	-	-
	Balcão	-	-	41.569	-	108.172	-110.342	-	-	173.626	-181.430	-	-
	Total	679.025	-691.732	41.569	-	5.403.378	-4.400.843	-	-	4.024.630	-3.498.873	-	-
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Balcão	-	-129.771	133.758	-	34.085	-34.061	-	-	11.767	-11.767	-	-
	Total	-	-129.771	133.758	-	34.085,00	-34.061	-	-	11.767	-11.767	-	-

Mercado - não Derivativos (R\$ Mil)													
Fator de risco	Mercado	31-dez-15				30-set-16				31-dez-16			
		ON SHORE		OFF SHORE		ON SHORE		OFF SHORE		ON SHORE		OFF SHORE	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxa de juros	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Balcão	1.181.794	-2	-	-	8.319.320	-636.329	-	-	5.134.320	-286.058	-	-
	Total	1.181.794	-2	-	-	8.319.320	-636.329	-	-	5.134.320	-286.058	-	-
Taxa de Câmbio	Bolsa	173.067	-204.112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Balcão	1.402.307	-831.525	175.327	-	1.196.202	-3.950.152	118.693	-	983.319	-966.009	125.461	-
	Total	1.575.374	-1.035.637	175.327	-	1.196.202	-3.950.152	118.693	-	983.319	-966.009	125.461	-
Preço de Ações	Bolsa	136.080	-210.846	-	-	1.371.018	-2.374.400	-	-	1.776.679	-2.285.621	-	-
	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	136.080	-210.846	-	-	1.371.018	-2.374.400	-	-	1.776.679	-2.285.621	-	-

Risco de Crédito

O Conglomerado Prudencial Morgan Stanley entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gestão de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento a cerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gestão de Risco de Crédito consistem em avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Conglomerado, além de monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estão relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando um devedor ou contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados (*Institutional*

Securities). No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; estender crédito a clientes através de compromissos de empréstimos e depositar margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Morgan Stanley possui uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito Global que reflete o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gestão de Risco de Crédito Global estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley utiliza uma Estrutura de Limites de Crédito global e abrangente como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. A Estrutura de Limites de Crédito é calibrada considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley e possui limites globais de concentração de portfólio por país, por indústria, por tipo de produto e por contraparte. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevantes, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gestão de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gestão de Risco de Crédito. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para *trading* e *hedging*, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos, líquidos de posições de caixa recebidas como colateral. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode

PARCELA DO RISCO DE CRÉDITO SEGMENTADA POR FPR - CONGLOMERADO - R\$ mil

	31-dez-15	30-set-16	31-dez-16
Fator de Ponderação - 2%	9.429	26.259	18.290
Instrumentos Financeiros Derivativos (contraparte Clearing House)	9.429	26.259	18.290
Fator de Ponderação - 20%	974.100	109.634	61.010
Aplicações em Moeda Estrangeira	811.191	11.277	11.385
Instrumentos Financeiros Derivativos	154.110	42.463	5.971
Direitos por Empréstimos de Ações	8.799	55.894	43.654
Fator de Ponderação - 50%	1.601	9.205	5.443
Operações a Liquidar de Venda de Moeda Estrangeira - Mercado a Vista	948	3.225	527
Operações a Liquidar de Compra de Moeda Estrangeira - Mercado a Vista	653	5.980	4.916
Fator de Ponderação - 100%	3.358.963	603.516	286.047
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.315.525	571.214	255.042
Operações a Liquidar de Venda de Títulos e Valores Mobiliários - Mercado a Vista	43.438	32.302	31.005

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gestão de Risco de Crédito garante que as operações de empréstimos e as exposições de derivativos sejam analisadas, que as avaliações de crédito das contrapartes e tomadores sejam revisadas regularmente e que as exposições de crédito sejam ativamente monitoradas e gerenciadas. O Departamento de Gestão de Risco de Crédito atribui *ratings* de crédito para contrapartes e tomadores, que refletem uma avaliação da probabilidade de inadimplimento de uma contraparte e/ou tomador.

Adicionalmente, o Departamento de Gestão de Risco de Crédito avalia a posição relativa da obrigação de um determinado tomador na estrutura de capital do cliente e a perspectiva de recuperação, além do colateral (se aplicável) e outros elementos estruturais da transação em particular.

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (*covenants*), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Nos contratos de derivativos, o Morgan Stanley geralmente assina contratos com acordos de compensação da exposição das operações e acordos de garantia com as contrapartes.

Esses contratos proporcionam ao Morgan Stanley a capacidade de compensar os direitos e obrigações de uma contraparte, solicitar garantias adicionais quando necessário ou liquidar a garantia num evento de inadimplência.

Risco de Liquidez

Definição de Risco de Liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos. O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações potencialmente causando problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade da companhia.

Estrutura de Governança

No Brasil, as diretrizes da Política ALCO são utilizadas pela Tesouraria Corporativa para definir práticas com foco específico no gerenciamento do risco de liquidez para o Banco Morgan Stanley S.A., para o Caieiras Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior, para o MS Derivative Products Fund e para a Morgan Stanley CTVM S.A., levando em conta a Resolução 4.090 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), de 24 de maio de 2012.

O gerenciamento de liquidez no Morgan Stanley é realizado pela Tesouraria Corporativa que utiliza projeções de fluxo de caixa, teste de estresse de liquidez, avaliação de concentração de captação e avalia oportunidades de financiamento no mercado local. Os relatórios ligados ao risco de liquidez são apresentados no ALCO local, além disso, são realizadas reuniões regulares com a Tesouraria Corporativa de Nova Iorque para mantê-los informados sobre o risco de liquidez e financiamento no Brasil.

Principais Procedimentos para avaliação do Risco de Liquidez:

- **Projeção de Fluxo de Caixa:** utilizado para avaliar futuras entradas e saídas de caixa para as empresas supracitadas e monitorar possíveis descasamentos de caixa;
- **Teste De Estresse De Liquidez:** preparado periodicamente pela Tesouraria Corporativa, este teste simula desvalorização de ativos, incremento no requerimento de garantias, perda de captações de terceiros, variação nos preços de mercado entre outros riscos;
- **Concentração de Captação:** avalia o volume de captação por diferentes contrapartes obedecendo ao limite estabelecido.

Risco Operacional

A Política Global de Gerenciamento de Riscos Operacionais e seus procedimentos definem conceitos, estabelecem as diretrizes, metodologias e ferramentas a serem aplicadas no Conglomerado de acordo com sua natureza, tamanho e complexidade dos seus produtos, serviços, atividades e processos.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de perda ou danos reputacionais ao Morgan Stanley, resultante de falha ou inadequação de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal e exclui o risco estratégico.

Estrutura de Governança e de Gerenciamento de Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional local é composta por:

- Comitê de Riscos Brasil, composto pelos membros do Comitê Executivo do Conglomerado;
- Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional Brasil, composto pelas áreas de negócio e de suporte do Conglomerado;
- Departamento de Risco Operacional, se reportando ao Chef Risk Officer (CRO) do Conglomerado, e ao Departamento de Risco Operacional de Nova Iorque;
- Unidades de Negócio e de Suporte, como responsáveis primários pelo gerenciamento de riscos operacionais, e
- Coordenadores de Risco Operacional: cada área ou departamento possui um ponto focal para reporte e atendimento das questões relacionadas a risco operacional.

Principais Atribuições do Departamento são:

- Supervisionar, analisar e monitorar o risco operacional no Conglomerado;
- Produzir e apresentar análise de riscos e relatórios para informação da alta administração do Conglomerado e dos Comitês;
- Validar e verificar a efetividade da estrutura de gerenciamento de risco operacional estabelecida na Política Global de Risco Operacional;
- Dar suporte as áreas nos procedimentos de Auto-Avaliação de Riscos e Controles, de Captura de Incidentes de Risco Operacional, de Captura dos “Issues” e Planos de Ação. Monitorar e reportar sobre a qualidade, tempestividade e completa aderência nesses procedimentos;
- Desenvolver e manter ferramentas de suporte para a gestão de risco operacional;
- Fornecer treinamentos e conscientização de risco operacional e também sobre a política, e
- Fornecer mecanismos de reporte para possibilitar o monitoramento sobre as políticas e procedimentos relacionados.

Procedimentos e Atividades de Gerenciamento de Risco Operacional

O departamento de risco operacional implementou procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais:

- **Avaliação de Riscos:** é o processo para determinar o nível de risco do Conglomerado e identificar riscos que requerem ações. Uma das ferramentas utilizadas para a avaliação de risco é a execução do processo de Auto-Avaliação de Riscos e Controles pelas áreas de negócio e de suporte.
- **Incidentes de Risco Operacional:** é o processo de captura e reporte dos incidentes internos de risco operacional ocorridos ou que impactaram as áreas. O Conglomerado mantém um repositório dessas informações para coleta dos dados, seja quantitativos ou qualitativos.
- **Ações Corretivas:** quando um risco operacional identificado está acima do nível aceito pelo Conglomerado, as áreas responsáveis identificam, se aplicável, uma ação corretiva para redução do nível de risco. O Conglomerado possui uma ferramenta para monitoramento de potenciais riscos operacionais e seus planos de ação.
- **Mensuração e Reporte de Riscos:** O departamento de risco operacional independentemente, avalia, mede e monitora os riscos operacionais do Conglomerado e fornece relatórios de risco para a Diretoria do Conglomerado, Comitês e Grupos de Supervisão. Os relatórios podem apresentar o perfil de risco do Conglomerado, incidentes e perdas operacionais ocorridas no período, pontos de atenção significativos no período, status de planos de ação, situação dos indicadores, quando aplicável, e escala as questões relevantes.

Metodologia de Mensuração de Capital referente a Parcela de Risco Operacional

O Conglomerado no Brasil optou pela Abordagem do Indicador Básico (BIA), que corresponde ao modelo mais simplificado para o cálculo de alocação de capital referente a parcela de risco operacional.

GESTÃO DE CAPITAL

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, à Tesouraria Corporativa que é responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações, atuando em conjunto com as áreas técnicas da Matriz e com o comitê local de gestão de ativos e passivos (ALCO). A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa se reporta ao Diretor Financeiro do Conglomerado Morgan Stanley e à Tesouraria Corporativa Global nos Estados Unidos da América, e é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

Suficiência de Capital

A suficiência de capital do Conglomerado Prudencial Morgan Stanley é demonstrada mediante a apuração do Índice de Basiléia que neste período foi de 25,79% e para os Índices de Capital Principal e Patrimônio de Referência Nível I apresentou também 25,79% no período. Em termos de margem, o montante atingido foi de R\$ 1.439.301 mil, o que demonstra uma sólida base de capital para assegurar o desenvolvimento das atividades do Conglomerado.

O Conglomerado Prudencial Morgan Stanley não possui nenhum instrumento financeiro, o qual necessite de divulgação do Anexo 2 da Circular 3.678.

Informações sobre o Patrimônio de Referência

Cálculo do Patrimônio de Referência:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - CONGLOMERADO - R\$ mil			
	31-dez-15	30-set-16	31-dez-16
Patrimônio de Referência	2.376.535	2.367.647	2.332.340
Patrimônio de Referência - Nível I	<u>2.376.535</u>	<u>2.367.647</u>	<u>2.332.340</u>
Patrimônio Líquido	2.383.198	2.642.301	2.607.290
Ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado de TVM Disp. para Venda	-1.426	68	56
Deduções do Patrimônio de Referência Nível I	<u>-5.237</u>	<u>-274.722</u>	<u>-275.006</u>
Redução dos Ativos Diferidos	-2.128	-1.257	-
Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL	-	-	-
Ajustes oriundos da Resolução 4277/13	-	-6.051	-
Ações emitidas por Instituições Financeiras e autorizadas a funcionar pelo BACEN.	-5.237	-267.414	-275.006

Abaixo, informações detalhadas sobre as parcelas que compõe os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) do Conglomerado Prudencial Morgan Stanley:

DETALHAMENTO DA PARCELA - RWAcpad - CONGLOMERADO - R\$ mil			
	31-dez-15	30-set-16	31-dez-16
Valor da RWA para Risco de Crédito (RWAcpad)	<u>10.053.620</u>	<u>3.558.440</u>	<u>3.797.945</u>
Fator de Ponderação - 2%	9.557	73.689	42.552
Fator de Ponderação - 20%	999.538	172.529	114.752
Fator de Ponderação - 50%	66.939	607.196	497.012
Fator de Ponderação - 100%	8.822.491	2.633.920	3.051.552
Fator de Ponderação - 250%	131.529	71.106	92.077
Fator de Ponderação - 300%	23.566	-	-
Fator de Ponderação - 1.265%	-	-	-

DETALHAMENTO DA PARCELA - RWAm pad - CONGLOMERADO - R\$ mil			
	31-dez-15	30-set-16	31-dez-16
Valor da RWA para Risco de Mercado (RWAm pad)	<u>2.078.729</u>	<u>3.441.489</u>	<u>4.023.964</u>
Taxa de Juros Pre Fixada em Real (RWAjur1)	481.746	695.868	187.994
Taxa de Juros de Cupom de Moeda Estrangeira (RWAjur2)	839.927	649.155	225.266
Taxa de Juros de Cupom de Índice de Preços (RWAjur3)	14.100	103.544	145.256
Taxa de Cupom de Juros (RWAjur4)	-	3.676	3.605
Preço de Ações (RWAacs)	473.155	965.023	1.226.846
Preço de Mercadorias (RWAcom)	77.445	22.724	9.215
Exposição em Ouro, Moeda Estrangeira e Câmbio	192.356	1.001.499	2.225.782

PARCELA - RWAopad - CONGLOMERADO - R\$ mil			
	31-dez-15	30-set-16	31-dez-16
Valor da RWA para Risco Operacional (RWAopad)	<u>912.365</u>	<u>1.221.527</u>	<u>1.221.527</u>

A seguir, detalhamos a apuração da exigibilidade do patrimônio de referência do Conglomerado Prudencial Morgan Stanley:

APURAÇÃO DE EXIGIBILIDADE DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - CONGLOMERADO - R\$ mil

	31-dez-15	30-set-16	31-dez-16
Valor Total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA)	13.044.714	8.221.456	9.043.436
Patrimônio Mínimo de Referência Exigido para o RWA (PRE)	1.434.919	811.869	893.039
Patrimônio de Referência do Conglomerado (PR)	2.376.535	2.367.647	2.332.340
Valor de Margem do Patrimônio de Referência	941.616	1.555.778	1.439.301
Capital Principal	2.374.407	2.367.647	2.332.340
Patrimônio de Referência Nivel I	2.374.407	2.367.647	2.332.340
Índice de Capital Principal	18,20%	28,80%	25,79%
Índice de Patrimônio de Referência Nivel I	18,20%	28,80%	25,79%
Índice de Basileia	18,20%	28,80%	25,79%

Circular 3678 - Anexo I

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR

Data-Base: 31/12/2016

Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	988.431	
2	Reservas de lucros	698.571	
3	Outras receitas e outras reservas	-	
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>		
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	920.344	
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.607.346	
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9	Ativos intangíveis	-	
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-	
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	
13	Ganhos resultantes de operações de securitização		
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal		
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	275.006	
19	Participações superiores a 10% do capital social de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
20	Direitos por serviços de hipoteca		
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca		
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	-	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	
26.b	Investimento em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	275.006	
29	Capital Principal	2.332.340	

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar	-	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	
Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39	Valor agregado dos investimentos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	
40	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Complementar emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado, considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	
44	Capital Complementar	-	
45	Nível I	2.332.340	
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	-	
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-	
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
55	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	
58	Nível II	-	
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	2.332.340	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	9.043.436	

Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	25,79	
62	Índice de Nível I (IN1)	25,79	
63	Índice de Basileia (IB)	25,79	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,50	
65	do qual: adicional para conservação de capital	-	
66	do qual: adicional contracíclico	-	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	-	
Número da linha	Mínimos Nacionais	%	
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6,00	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	9,875	
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	0	
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	0	
74	Mortgage servicing rights		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	53.802	
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)	
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ⁽¹⁾
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite	-	

Circular 3748 - Anexo II

Composição da Razão de Alavancagem

Data-Base: 31/12/2016

Número da linha	Item	Valor (R\$ mil)
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	4.076.565
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-289.671
3	Total das exposições contabilizadas no BP	3.786.894
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	1.591.163
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	1.449.973
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
7	Ajuste relativo à margem de garantia prestada	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	3.041.136
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	4.456.719
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	4.456.719
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	-
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	-
Capital e Exposição Total		
20	Nível I	2.332.340
21	Exposição Total	11.284.749
Razão de Alavancagem		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	20,67
